

I N F O R M A T I V O – C S M P F N° 1 7 8

1ª SESSÃO ORDINÁRIA (7.2.2023)- 9h

PRESIDENTE:	Procurador-Geral da República Augusto Aras, presencialmente				
CONSELHEIROS:	Presencialmente: Subprocuradores-Gerais da República Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, José Adonis Callou de Araujo Sá, Nívio de Freitas Silva Filho, Mario Luiz Bonsaglia, Carlos Frederico Santos, Hindenburgo Chateaubriand Pereira Diniz Filho, Elizeta Maria de Paiva Ramos, Alcides Martins, Lindôra Maria Araujo e; Por videoconferência: Luciano Mariz Maia (suplente)				
CORREGEDORA-GERAL:	Subprocuradora-Geral da República Célia Regina Souza Delgado, presencialmente				
OUTRAS PRESENÇAS:	Presencialmente: Subprocuradora-Geral da República Maria Emilia Moraes de Araújo (Auxiliar do gabinete do Procurador-Geral da República junto ao CSMPF), Procuradores Regionais da República Ubiratan Cazetta (Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR), Darlan Airton Dias (Chefe de Gabinete do Procurador-Geral da República), Patrick Salgado Martins, Procurador da República Paulo Roberto Sampaio Anchieta Santiago (Secretário-Geral do MPF adjunto) Por videoconferência: Advogado Felipe Mesquita				
ATA	Aprovadas as atas da 28ª Sessão Ordinária eletrônica de 2022, da 10ª Sessão Ordinária de 2022, da 9ª Sessão Extraordinária de 2022 e da 29ª Sessão Ordinária eletrônica de 2022				
DISCIPLINAR	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Relator(a)	Decisão
	2	<u>106/2016-11</u>	Corregedoria do Ministério Público Federal	Cons. Carlos Frederico Santos	À unanimidade, rejeitou os embargos de declaração
	6	<u>031/2021-28</u>	Corregedoria do Ministério Público Federal	Cons. Carlos Frederico Santos	Pediu vista, o Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia Os Conselheiros Alcides Martins e Lindôra Maria Araujo acompanharam o Relator. Aguardam os demais
	7	<u>046/2021-96</u>	Corregedoria do Ministério Público Federal	Cons. Nívio de Freitas Silva Filho	À unanimidade, rejeitou os embargos de declaração
	9	<u>034/2022-42</u>	Corregedoria do Ministério Público Federal	Cons. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen	À unanimidade: a) pela extinção da restrição do uso coletivo da rede membros feila Corregedora-Geral do Ministério Público Federal; b) pela instauração do PAD. Designou a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar: - Dra. Marcia Noll Barboza;

						- Dr. Gustavo Pessanha Velloso; e - Dra. Vanessa Seguezzi
	5	<u>075/2020-77</u>	Corregedoria do Ministério Público Federal		Cons. Nívio de Freitas Silva Filho	À unanimidade, pelo arquivamento
ESTÁGIO PROBATÓRIO	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	39	<u>036/2019-36</u>	Corregedoria do Ministério Público Federal	Relatório final do estágio probatório dos Procuradores da República Rafael Martins da Silva e Karine Suzan Hoffstaeter Boteon, cujos términos dos períodos de provas estão previstos, respectivamente, para os dias 27.2.2023 e 12.3.2023.	Relatório final do estágio probatório dos Procuradores da República Rafael Martins da Silva e Karine Suzan Hoffstaeter Boteon, cujos términos dos períodos de provas estão previstos, respectivamente, para os dias 27.2 e 12.3.2023.	À unanimidade, pelo acolhimento
REPARTIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES RESOLUÇÃO CSMPF nº 104	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	57	<u>175/2022-75</u>	Dra. Analícia Ortega Hartz	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República no Mato Grosso do Sul. Designação de membros para atuação em substituição. Resolução CSMPF nº 104/2010. Embargos de Declaração à decisão proferida na 29ª Sessão Ordinária Eletrônica de 12 a 19.12.2022.	Cons. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen	Pediu vista o Presidente Augusto Aras
REVERSÃO DE APOSENTADORIA	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	Extrapauta	<u>18628/2022-20</u>	Dr. Domingos Sávio Dresch da Silveira	Reversão da aposentadoria.	Cons. Mario Luiz Bonsaglia	Pediu vista o Conselheiro Carlos Frederico Santos

PROCESSOS JULGADOS EM BLOCO:						
AFASTAMENTO, MESTRADO, DOUTORADO E EVENTOS RESOLUÇÃO CSMPF nº 192	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	41	<u>168/2020-10</u>	Dra. Luisa Astarita Sagoi	a) alteração do período do afastamento autorizado pela Portaria PGR/MPF nº 73/2021 para 18 meses, a contar de fevereiro de 2021; b) afastamento para elaborar dissertação de Mestrado em Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas; e c) relatório de atividades do referido curso.	Cons. Alcides Martins	À unanimidade: a) favorável; b) favorável e c) ciente.
	44	<u>225/2021-33</u>	Dr. Jorge Mauricio Porto Klanovicz	Renovação semestral e relatório de atividades referentes ao afastamento parcial com exercício da função mediante teletrabalho, para frequentar curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em São Leopoldo/RS, autorizado pelo período de 24 meses, a contar de fevereiro de 2022.	Cons. Hindenburgho Chateaubriand Filho	À unanimidade, favorável
	45	<u>285/2021-56</u>	Dra. Adriana Aparecida Storoz Mathias dos Santos	Declaração e Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização Lato Sensu “Controle da Administração Pública” da Escola Superior do Ministério Público da União. Resolução CSMPF nº 192.	Cons. Carlos Frederico Santos	À unanimidade, ciente
	46	<u>292/2021-58</u>	Dr. Vitor Souza Cunha	Alteração do período do afastamento, de 30.1 a 29.4.2023 para 13.3 a 11.6.2023, autorizado pela Portaria PGR/MPF nº 1034/2022, para elaborar tese de Doutorado, do Programa de Direito Processual da Universidade de São Paulo. Referendar.	Cons. Lindôra Maria Araújo	À unanimidade, favorável
	52	<u>092/2022-86</u>	Dr. Túlio Favaro Beggiato	Dissertação de Mestrado em Direito Constitucional, da Universidade de Sevilha/Espanha. Resolução CSMPF nº 192.	Cons. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen	À unanimidade, ciente

	58	<u>180/2022-88</u>	Dr. Thiago Pinheiro Corrêa	Afastamento parcial, com o exercício da função mediante teletrabalho, com dispensa do atendimento presencial e das audiências, ainda que realizadas por videoconferência, para frequentar curso de Doutorado em Direito da Regulação, na Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, pelo período de 1 ano, a contar de 1º de fevereiro de 2023. Referendar.	Cons. José Adonis Callou de Araújo Sá	À unanimidade, favorável
	60	<u>190/2022-13</u>	Dr. Guilherme Rocha Göpfert	Afastamento para participar do seminário “Direitos Humanos na Gestão Pública: Diversidade, Equidade e Inclusão”, que debaterá o tema “Mulheres refugiadas e os direitos humanos”, no auditório do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília/DF, no dia 12 de dezembro de 2022.	Cons. Elizeta Maria de Paiva Ramos	À unanimidade, favorável
	61	<u>191/2022-68</u>	Dr. Angelo Giardini de Oliveira	Afastamento do país para participar do simpósio <i>Promoviendo la innovación judicial institucional en la búsqueda de la responsabilidad corporativa y la justicia transicional en América Latina</i> , na província de Tucumán/Argentina, nos dias 13 e 14 de abril de 2023.	Cons. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen	À unanimidade, favorável
	62	<u>193/2022-57</u>	Dr. Leonardo Gonçalves Juzinskas	Afastamento parcial, com exercício das funções mediante teletrabalho, para frequentar curso de pós-graduação na <i>Università di Pisa facoltà di giurisprudenza</i> , em Pisa, Itália, de 16.1 a 4.2.2023, e participar de conferência sobre o combate à corrupção em perspectiva comparada: Brasil e UK na escola de direito da <i>King's College London</i> , em Londres, de 6 a 10.2.2023.	Cons. Elizeta Maria de Paiva Ramos	À unanimidade, favorável
	63	<u>003/2023-82</u>	Dr. Caio Vaez Dias e Dr. Douglas Fischer	Afastamento do país de membros para participarem do curso “Combate ao Crime Organizado”, em Roma/Itália, promovido	Cons. Elizeta Maria de Paiva Ramos	À unanimidade, favorável

				<p>pelo <i>Centro di Studi Giuridici Latinoamericani</i>, em parceria com a Associação Nacional dos Procuradores da República e a <i>Accademia Juris Roma</i>, no período de 26.3 a 6.4.2023.</p>		
ATUAÇÃO DE MEMBROS	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	48	<u>26144/2022-54</u>	Procuradoria da República em São Paulo	<p>Autorização para o Procurador Regional da República Marlon Alberto Weichert atuar em conjunto com o Procurador da República Yuri Corrêa da Luz no Procedimento Preparatório nº 1.34.001.003722/2022-96, bem como nos feitos conexos e/ou decorrentes. Referendar.</p>	Cons. Mario Luiz Bonsaglia	À unanimidade, favorável
	49	<u>26887/2022-24</u>	Procuradoria da República em Sergipe	<p>Autorização para a Procuradora Regional da República Lívia Nascimento Tinôco atuar em conjunto com o Procurador da República José Rômulo Silva Almeida, pelo prazo de 1 (um) ano, na Notícia de Fato nº 1.35.000.001948/2022-25 e no Inquérito Policial nº 2022.0086754-SR/PF/SE, bem como nos feitos conexos e/ou decorrentes. Referendar.</p>	Cons. Lindôra Maria Araujo	À unanimidade, favorável
	65	<u>932/2023-00</u>	Dr. Marlon Alberto Weichert e Dr. Angelo Giardini de Oliveira	<p>Autorização para o Procurador Regional da República Marlon Alberto Weichert, titular do 33º Ofício da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, atuar em instância diversa com o Procurador da República Angelo Giardini de Oliveira, titular do 11º Ofício da Procuradoria da República em Minas Gerais, nos Inquéritos Civis Públicos 1.22.000.001321/2019-27, 1.22.000.001546/2022-89 e 1.22.000.001545/2022-34 e nos feitos conexos e/ou decorrentes.</p>	Cons. Hindenburgh Chateaubriand Filho	À unanimidade, favorável
	69	<u>007/2023-61</u>	Procuradoria da República em Minas Gerais	<p>Autorização para o Procurador da República Carlos Bruno Ferreira da Silva atuar em conjunto com o Procurador</p>	Cons. Alcides Martins	À unanimidade, favorável

				Regional da República Fernando de Almeida Martins na Ação Civil Pública nº 1016576-25.2022.4.06.3800 que tramita na 2ª Vara Federal Cível da SSJ de Belo Horizonte/MG.		
	Extrapauta	<u>177/2022-64</u>	Procuradoria Regional da República da 4ª Região	Autorização para a Procuradora Regional da República Ana Lúisa Chiodelli atuarem audiências na primeira instância, perante o Juízo Federal de Florianópolis/SC, especificamente nas audiências de instrução e julgamento designadas no âmbito da Carta de Ordem 5015996-51.2022.404.7204.	Cons. Elizeta Maria de Paiva Ramos	À unanimidade, favorável
C O R R E I Ç Ã O	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	64	<u>005/2022-81</u>	Corregedoria do Ministério Público Federal	Relatório Geral de Correição Extraordinária realizada nas Procuradorias da República nos Municípios de Crateús, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte e Sobral.	Cons. Alcides Martins	À unanimidade, ciente
D E S I N S T A L A Ç Ã O / R E D I S T R I B U I Ç Ã O D O S O F Í C I O S	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	37	<u>5191/2018-17</u>	Procuradoria da República no Paraná	Desinstalação temporária da PRM Paranaguá/PR com redistribuição dos ofícios para Procuradoria da República no Paraná. Perda de objeto.	Cons. Hindenburgo Chateaubriand Filho	À unanimidade, pelo arquivamento, tendo em vista a perda de objeto
	38	<u>273/2019-15</u>	Procuradoria da República no Espírito Santo	a) Implantação do 2º Ofício da PRM Colatina/ES; ou b) Instituição de itinerância permanente ou substituição remota permanente. Perda de objeto.	Cons. Hindenburgo Chateaubriand Filho	À unanimidade, pelo arquivamento, tendo em vista a perda de objeto
	40	<u>1977/2019-38</u>	Procuradoria da República em Londrina/PR	Redistribuição temporária do ofício único da PRM Jacarezinho para a PRM Londrina/PR. Perda de objeto.	Cons. Hindenburgo Chateaubriand Filho	À unanimidade, pelo arquivamento, tendo em ista a perda de objeto
D I V E R S O S	Item da	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão

	pauta					
	27	<u>072/2022-13</u>	Procuradoria da República no Ceará	Embargos de declaração. Medida Cautelar em impugnação ao resultado da deliberação de proposta de reestruturação de ofícios.	Cons. Hindenburgo Chateaubriand Filho	<p>À unanimidade:</p> <p>a) pela concessão da medida cautelar para o fim específico de sustar o andamento do processo de reestruturação das atribuições dos ofícios do Ministério Público Federal no Ceará, exclusivamente no que se refere à designação de membro para a titularidade de novo ofício temático, sem a redistribuição do acervo existente, até o pronunciamento do Colegiado sobre a homologação das normas de reestruturação a serem encaminhadas, com o julgamento definitivo da presente medida cautelar, em conjunto com o julgamento da impugnação a ser oferecida;</p> <p>b) pela reabertura do concurso de remoção.</p>
LISTA DE ANTIGUIDADE	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	59	<u>183/2022-11</u>	Dra. Melissa Garcia Blagitz de Abreu e Silva	Lista de antiguidade. Tempo de licença para acompanhar cônjuge computado como de efetivo exercício para fins de promoção por antiguidade. Decisão judicial liminar.	Cons. Hindenburgo Chateaubriand Filho	À unanimidade, ciente
RELATÓRIO DE ATIVIDADES RESOLUÇÃO CSMPF nº 146	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	53	<u>112/2022-19</u>	Procuradoria da República em Santa Catarina	Relatório de Atividades do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público Federal em Santa Catarina, referente ao primeiro semestre de 2022. Art. 8º da Resolução CSMPF nº 146/2013.	Cons. Elizeta Maria de Paiva Ramos	À unanimidade, ciente
	54	<u>121/2022-18</u>	Procuradoria da República no Pará	Relatório de Atividades do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público Federal no Pará, referente ao primeiro semestre de 2022. Art. 8º da Resolução CSMPF nº 146/2013.	Cons. Alcides Martins	À unanimidade, ciente

	55	<u>126/2022-32</u>	Procuradoria da República na Bahia	Relatório de Atividades do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público Federal na Bahia, referente ao primeiro semestre de 2022. Art. 8º da Resolução CSMPF nº 146/2013.	Cons. Alcides Martins	À unanimidade, ciente
	66	<u>001/2023-93</u>	Procuradoria da República na Paraíba	Relatório de Atividades do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público Federal na Paraíba, referente ao período de março a dezembro de 2022. Art. 8º da Resolução CSMPF nº 146/2013.	Cons. Mario Luiz Bonsaglia	À unanimidade, ciente
REPARTIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES RESOLUÇÃO CSMPF nº 104	Item da pauta	Processo	Interessado(a)	Assunto	Relator(a)	Decisão
	34	<u>249/2017-14</u>	Procuradoria Regional da República da 4ª Região	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria Regional da República da 4ª Região. Alteração da Resolução CSMPF/RSU nº 1/2018. Resolução CSMPF nº 104/2010.	Cons. Mario Luiz Bonsaglia	À unanimidade, aprovada
	35	<u>6483/2018-38</u>	Procuradoria da República em Rio Grande/RS	Provimento imediato da vaga do 3º Ofício da Procuradoria da República em Rio Grande/RS por remoção. Criação de itinerância permanente no 3º Ofício da Procuradoria da República em Rio Grande/RS. Colocação do 3º Ofício da Procuradoria da República em Rio Grande/RS em acumulação remota permanente. Envio das operações realizadas no passado e pendentes da denúncia, (...), a outros ofícios ou PRMs. Envio de todo o estoque de IPLs relatados hoje existentes a outros ofícios ou PRMs. Deslocamento da PRM/Palmeira das Missões para a PRM/Erechim (aprovado na 7ª Ord/2019). Perda do objeto.	Cons. Hindenburgo Chateaubriand Filho	À unanimidade, pelo arquivamento, tendo em vista a perda de objeto
	36	<u>231/2018-95</u>	Procuradoria da República no Distrito Federal	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República no Distrito Federal. Resolução nº 36/2022.	Cons. Hindenburgo Chateaubriand Filho	À unanimidade, aprovada

				Resolução CSMPF nº 104/2010.		
42	<u>174/2020-69</u>	Procuradoria da República no Rio Grande do Norte	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte e PRM's vinculadas. Estabelece regras para distribuição dos ofícios especiais e de administração no âmbito do Ministério Público Federal no Rio Grande do Norte. Portaria PR/RN nº 78/2021. Portaria PGR/MPF nº 755/2020. Resolução CSMPF nº 104/2010.	Cons. Hindenburgho Chateaubriand Filho	À unanimidade, aprovada	
43	<u>074/2021-13</u>	Procuradoria da República no Distrito Federal	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República no Distrito Federal. Estabelece regras para distribuição dos ofícios especiais e de administração. Portaria nº 163/2021. Portaria PGR/MPF nº 755/2020. Resolução CSMPF nº 104/2010.	Cons. Hindenburgho Chateaubriand Filho	À unanimidade, aprovada	
47	<u>10902/2022-12</u>	Procuradoria da República no Amazonas	Atribuições dos ofícios comuns socioambientais na Amazônia Ocidental.	Cons. Hindenburgho Chateaubriand Filho	À unanimidade, pela edição do ato decorrente da minuta aprovada por este Colegiado, regulamentando as atribuições dos ofícios socioambientais na Amazônia Ocidental, faça menção à lotação dos ofícios com atribuição regional para combate à mineração e garimpos ilegais, na forma requerida	
50	<u>025/2022-61</u>	Procuradoria da República em Governador Valadares/MG	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República em Governador Valadares/MG. Resolução MPF/PRM Governador Valadares nº 1/2017. Portaria nº 1/2019. Resolução CSMPF nº 104/2010. Perda do objeto.	Cons. Carlos Frederico Santos	À unanimidade, pelo arquivamento, tendo em vista a perda de objeto	
51	<u>026/2022-14</u>	Procuradoria da República em Uberaba/MG	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República em Uberaba/MG. Resolução MPF/PRM UBERABA nº 001/2016. Resolução CSMPF nº 104/2010. Perda do objeto.	Cons. Carlos Frederico Santos	À unanimidade, pelo arquivamento, tendo em vista a perda de objeto	

	63	<u>195/2022-46</u>	Procuradoria Regional da República da 6ª Região	Repartição de atribuições entre os membros na Procuradoria Regional da República da 6ª Região. Res. CSMPF nº 104/2010.	Cons. Mario Luiz Bonsaglia	À unanimidade, aprovada
	Extrapauta	<u>032/2019-68</u>	Procuradoria da República em Bento Gonçalves/RS	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República em Bento Gonçalves/RS. Portaria Conjunta MPF/PRM/BG nº 1/2021. Resolução CSMPF nº 104/2010. Perda de objeto.	Cons. Lindôra Maria Araujo	À unanimidade, pelo arquivamento, tendo em vista a perda de objeto
	Extrapauta	<u>148/2021-11</u>	Procuradoria da República em Salgueiro/Ouricuri-PE	Repartição das atribuições entre os membros da Procuradoria da República em Salgueiro/Ouricuri-PE. Portaria nº 1, de 31 de agosto de 2017. Resolução CSMPF nº 104/2010.	Cons. Lindôra Maria Araujo	À unanimidade, aprovada